

Literacia Digital: Crianças, Riscos e Oportunidades na Internet

THINAYNA MÁXIMO
INÊS VITORINO

Introdução

Este artigo apresenta de forma abreviada alguns achados da pesquisa TIC *Kids Online* Brasil-Portugal¹, tendo como foco alguns resultados desta investigação, desenvolvida na cidade de Fortaleza de 2014 a 2015. A investigação, em sintonia com referenciais teórico-metodológicos das pesquisas *EU Kids Online* (LIVINGSTONE et al., 2011) e *Net Children Go Mobile* (MASCHERONI; CUMAN; 2014), assumiu o objetivo de investigar as relações de crianças com as mídias digitais, em especial, suas oportunidades e riscos (HASEBRINK et al., 2009). Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa em foco ouviu crianças de 11 a 12 anos de escolas públicas e privadas da capital cearense, reunidas em 4 Grupos Focais, 2 com meninas e 2 com meninos. A proposta deste artigo é a de problematizar as leituras dessas crianças sobre as oportunidades e os riscos de suas comunicações *online*, com ênfase sobre o modo como lidam com as questões da publicidade e/ou da privacidade de conteúdos na rede. A ideia é a de propor caminhos para que pais e educadores possam promover a literacia e o uso seguro da internet, potencializando, assim, as oportunidades identificadas e evitando que os riscos se configurem em danos.

1 A pesquisa obteve o financiamento por meio do Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013 e do Edital Nº 05/2013 da FUNCAP, sendo coordenado pelas pesquisadoras Inês Vitorino (Universidade Federal do Ceará) e Cristina Ponte (Universidade Nova de Lisboa).

De modo a traçar um panorama mais amplo desta questão no contexto brasileiro, consideramos também dados quantitativos produzidos pelo Centro Regional de Estudos para o desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC. Br).

Oportunidades, riscos e danos sob uma ótica infantil

No que diz respeito à compreensão de riscos e oportunidades no contexto digital, nosso estudo seguiu o enquadramento teórico-metodológico do *EU Kids Online* (LIVINGSTONE et al., 2011), considerando ainda outros estudos internacionais, como o *Net Children Go Mobile* (MASCHERONI; CUMAN, 2014).

Nessas pesquisas, foram destacadas como oportunidades: as aprendizagens educacionais e o *letramento* digital, a participação e o envolvimento cívico, a criatividade e a auto-expressão e o fortalecimento de relações sociais e identitárias. Os estudos identificaram como riscos proeminentes os seguintes: riscos sexuais (*pornografia*, *sexting*), riscos de contatos com pessoas desconhecidas, *ciberbullying*, exposição e abuso de informação pessoal. Além desses, foram identificados os riscos comerciais, a violência e a agressividade e o contato com valores negativos (HASEBRINK et al., 2009).

As indicações acima não assumem a pretensão de serem exaustivas, sinalizando evidências de uma agenda pública europeia, que guarda elementos comuns e singulares em relação aos contextos de outras regiões e culturas, como é o caso da América Latina e do Brasil. Os resultados a seguir apresentados foram construídos, portanto, no diálogo com as referências desses estudos e no olhar atento aos dizeres de nossas crianças e do seu contexto. Dentre as possibilidades comunicacionais associadas ao uso das redes sociais e que podem ser vistas como vinculadas ao processo de publicização de conteúdos pessoais, algumas crianças participantes da pesquisa destacaram como *oportunidades*: (i) ter contato com amigos e familiares distantes; (ii) conhecer novas pessoas; e (iii) acompanhar o que acontece na vida dos amigos, mediante troca de informação e observação de suas postagens. Depreende-se de suas falas, portanto, que a exposição de informações pessoais na internet é compreendida e valorizada por vários deles como uma *oportunidade* de constituir e/ou manter laços de amizade.

Raiane²: Conversar com amigos (Escola Pública)

Joaquina: Amigos e alguém que está longe [...] Olhando o face, vendo as fotos dos amigos. (Escola pública)

2 Os nomes verdadeiros das crianças que participaram da pesquisa foram preservados, os utilizados no texto são fictícios.

Yohana: Porém teve um pequeno caso que ocorreu comigo mesmo. Eu conheci um menino e uma menina virtuais, eles eram irmãos e ai numa página eles acabaram falando e tal, ai a gente acabou falando e aceitando eles como amigo. (Escola particular).

As novas possibilidades de interação e comunicação à distância foram bastante destacadas pelas crianças nos Grupos Focais, em sintonia com os resultados de pesquisa *TIC Kids Online 2014* (CGI, 2015), na qual 52% delas na faixa de 11 a 12 anos reconheceu ter usado mensagens instantâneas para conversar com amigos.

Essas conversas podem seguir uma lógica associada à busca do reconhecimento público - em redes como o *Facebook*, nas quais alcançar um elevado número de curtidas nas postagens e até mesmo construir estratégias para alcançá-las foi citado como prática comum valorizada pelo grupo - ou da privacidade - em que podem interagir mais livremente com os amigos seletos, longe dos olhares curiosos de pais, professores, conhecidos ou até mesmo dos pares não autorizados. Afinal, o privado diz respeito ao “é só meu” e/ou “só da gente”:

Yohana: às vezes a gente quer ficar só pra gente, é privacidade.

Rodrigo: É só meu. [sobre o celular]. (Escola particular)

André: Principalmente o *Whatsapp*. (Escola particular)

Paulo: Porque tem coisa.. (Escola particular)

Mateus: O *Whatsapp* ninguém pode ver não que dá confusão. (Escola particular)

Além de usar aplicativos de mensagens instantâneas para manter contato com os amigos, as crianças acessam sites de redes sociais. De acordo com a pesquisa *TIC Kids Online 2014*, 68% das crianças entre 11 e 12 anos possuem perfil em sites de redes sociais. Dados comparativos entre Brasil e outros sete países europeus (SOZIO et al, 2015), sobre os usos de internet por crianças e adolescentes, revelam ainda que as crianças brasileiras são as que entram mais novas nas redes sociais, e que grande parte delas valoriza ter muitos contatos em seus perfis. No Brasil, mais da metade das crianças (54%) afirma ter mais de 100 contatos em seu principal perfil e 26% afirmou ter mais que 300 contatos. O país fica atrás apenas da Romênia, onde 64% das crianças afirma ter mais de 100 contatos e 38% mais de 300.

Recuero (2009), ao se referir ao *Facebook* - um exemplo do modo como algumas dessas redes funcionam - chama atenção para o fato de que esta rede social tende a ser considerada privada pelos usuários, já que supostamente apenas aqueles que fazem parte da

mesma rede de relacionamento teriam acesso ao perfil um do outro. No entanto, como consta nas orientações de privacidade da página³, há a possibilidade de pessoas fora da rede de contatos do usuário terem acesso ao seu conteúdo, como, por exemplo, por meio de marcações em publicações⁴.

Levando em consideração a questão dos critérios de escolha de amigos que podem ter acesso às suas informações pessoais, a pesquisa constatou que, de modo prevalente, as crianças afirmaram aceitar em suas redes sociais apenas amigos pré-existentes ao contato nas redes ou pessoas conhecidas do seu círculo de convivência da família, escola, entre outros grupos primários. Apenas um menino, estudante de escola pública, afirmou aceitar em suas redes sociais *todas* as solicitações de amizade que apareciam, independente de conhecer ou não a pessoa.

As crianças ouvidas também mencionaram algumas *estratégias* usuais de checagem de informação, usadas para conferir se as pessoas que haviam solicitado amizade nas redes sociais eram realmente conhecidas delas. As mais citadas foram: ver o perfil, checar as fotos e/ou perguntar, via contato *on-line*, se eles se conheciam. As estratégias mencionadas vêm sendo usadas pelas crianças para evitar o contato com estranhos e o acesso de desconhecidos aos seus dados pessoais. A postura revela, por um lado, que as crianças ouvidas estão atentas aos contatos com desconhecidos, mas por outro, chamam a atenção para algum nível de vulnerabilidade da estratégia utilizada, já que a checagem *on-line per si* pode não assegurar a segurança pretendida, uma questão a ser enfrentada em processos de literacia digital.

Uma informação importante que costuma ser divulgada nas redes sociais, relacionada diretamente com a questão da privacidade, é o local onde o usuário se encontra, ou seja, a sua localização ou *check-in*⁵. Quando as crianças foram questionadas se publicavam ou não sua localização nas redes sociais, apenas meninas, estudantes de escola particular e pública, afirmaram fazer uso dessa ferramenta, revelando, contudo, certo receio no seu uso.

3 <https://pt-br.facebook.com/help/167941163265974>

4 Ao realizar marcações do perfil do usuário em publicações nas redes sociais, o conteúdo (a foto ou publicação) poderá ser compartilhado com a pessoa marcada e os amigos dela. Isso significa que, mesmo que os amigos dela não façam parte do seu público, eles poderão visualizar a publicação. Fonte: <https://pt-br.facebook.com/help/366702950069221/>

5 Fazer *check-in* em uma rede social significa tornar pública para os usuários a sua localização geográfica. Pode ser feito por meio de ferramentas da própria rede social, como o *Facebook* e *Instagram*, ou por meio de aplicativos de geolocalização, como o *Foursquare*.

Lara: Eu coloco, mas eu acho que é perigoso. No *facebook* eu não coloco. Só as vezes quando eu tô no *shopping* com minhas amigas assistindo um filme (Escola particular).

Apesar de publicar a localização na internet, Lara reconhece que pode haver algum perigo nessa prática. Além dela, outras crianças foram capazes de identificar o risco sob o argumento de que é uma atividade perigosa e que as deixam vulneráveis à ação de estranhos mal intencionados.

As imagens e os conteúdos audiovisuais representam também outro tipo de informação pessoal bastante divulgada nas redes sociais. A exposição de fotos das crianças está associada também a uma série de oportunidades e riscos. Como oportunidades foi possível identificar na fala das crianças a ação de compartilhar algumas experiências pessoais, como momentos de alegria com amigos e familiares, passeios e viagens realizadas, entre outros. Nesses casos, a referência a postagem de fotos e/ou vídeos ganhou destaque. Neste último caso, envolvendo conteúdos não autorais, assistir e/ou compartilhar vídeos com conteúdos educativos também foi citado:

Madeleine: eu to viajando pra Jericoacoara ai eu tiro umas fotos lá com a minha família. (Escola particular)

Rafael: Bater foto e curtir.. compartilhar momentos que a gente passou, a gente posta foto nossa e dos lugares que a gente passou. (Escola particular)

Dimitri: Em vídeo aulas dá pra aprender mais (Escola pública)

Dentre os riscos, destacamos dois que foram citados pelas crianças pesquisadas: *sexting*⁶ e *bullying*⁷. Muitas delas, inclusive, declararam ter tido alguma experiência com essas práticas, em especial, evidenciando algum nível de desconforto ou mesmo constrangimento vivenciado por conta da inserção de comentários negativos sobre suas fotos. Tanto meninos quanto meninas reconheceram já terem sido vítimas de *bullying*. Nesse caso o *bullying* não se configura mais como um risco, mas como um dano, já que as crianças já sofreram alguma agressão. Foram citadas insultos relacionadas ao gênero, à cor da pele, à etnia e à orientação sexual.

6 Amálgama de “sexo” e “mensagens de texto” tem sido definido como à troca de conteúdo sexual (texto, imagem, vídeo) predominantemente por meio de telefones celulares. Fonte: <http://www.safernet.org.br/site/prevencao/cartilha/safer-dicas/sexting>

7 O termo *bullying* não possui tradução literal, mas deriva do termo *Bully*, em inglês, que pode ser traduzido para português como “valentão”. A prática é definida como uma forma de agressão a que crianças e adolescentes são expostos. Fonte: <http://netchildrengomobile.eu/reports/>

Guto: Muito comentário ruim, porque era palavrão. Um menino disse que eu era “viado” e eu tirei, aí pararam. Por isso não tiro mais foto. (Escola pública)

Raiane: Às vezes quando tem foto de negro botam piada. Tipo: comendo banana, parece um macaco. (Escola pública)

Num dos relatos acima, a vivência de um constrangimento pela postagem de uma foto, uma prática corriqueira entre eles, revela como pode ser difícil e doloroso o processo de afirmação das identidades de gênero de meninos e meninas no contexto da rede. A “zoeira” reverbera nas “brincadeiras infantis”, a disseminação *online* e *offline* de discursos conservadores no país, que questionam a diversidade de gênero, classificando-a como uma “ideologia” a ser combatida, pelo bem da “família”. Esta visão se esteia, portanto, em elementos simbólicos do patriarcalismo, evidenciado, neste caso, no julgamento das crianças envolvidas de que a suposta identidade feminina do garoto lhes concederia uma espécie de passe para torná-lo alvo de chacota, algo que se torna tão doloroso ao ponto dele tomar a decisão de renunciar ao seu direito de postar suas fotos.

Em vários depoimentos acerca dos riscos da exposição de si, em particular, da exposição do próprio corpo, eles não remetem, muitas vezes, aos abusos que podem ser cometidos por algum estranho distante, mas ao sofrimento que pode ser provocado pelos amigos e conhecidos do círculo de amizades da criança. Aqui, o “amigo” faz suas críticas não apenas para 5 ou 6 colegas em um momento fugidio que, embora constrangedor, tem um caráter mais circunscrito. No contexto das mídias móveis e da conectividade, este tipo de “brincadeira” reverbera para todo o círculo de “amigos virtuais” da criança, lembrando que, no Brasil, eles costumam ser muitos. Pode-se ter aqui um corpo negado, desqualificado, “zoadado” para mais de 300 pessoas em um clique.

Vale ressaltar, ainda sobre esse tópico, que as crianças reais, mestiças, descendentes da mistura étnica que constitui nossa formação não atende, com frequência, aos padrões de beleza hegemônicos, pautados na cor da pele branca e nos cabelos lisos celebrados na comunicação midiática. Em um país profundamente desigual, essas são características de beleza associadas a uma elite provinciana, que projeta sua visão colonizada em um sistema midiático de radiodifusão oligopolista, incapaz de reconhecer a beleza dessa mistura de cores, formas e ritmos que compõe a nossa gente.

No caso da exposição do corpo, outras diferenças com recorte de gênero também foram identificadas. Meninos e meninas se diferenciaram ao tratar de alguns riscos implicados nessa exposição de si por meio da postagem de fotos. Em suas falas restou evidente que

que os insultos direcionadas às meninas estão mais ligadas ao corpo e, em geral, isso as incomoda, ao ponto de relatarem, por exemplo, combinar previamente no *Whatsapp* uma postagem de foto que desejam fazer no *Facebook*, assegurando assim maior popularidade e menor rejeição.

Clarissa: Ah, periguete, gorda, obesa, essas coisas. (Escola particular)

Os meninos revelaram estarem também susceptíveis aos xingamentos sobre a exposição de seus corpos na rede e alguns mencionaram já ter sido vítimas de outros tipos de xingamentos, associados ao domínio intelectual e relativo à orientação sexual. Diferentes delas, alguns meninos mencionaram não se importar quando os insultos se detiveram em aspectos corporais:

André: Quando me chamam de alguma coisa eu nem ligo. A única coisa que chama a gente é de nerd, coisa assim. (Escola particular).

Rafael: É assim, um bate uma foto e coloca lá ai os outros comentam “que bicho feio”. Ai começa a briga. Mas no outro dia tá todo mundo desculpado. (Escola particular)

A exposição de fotos que mostram mais o corpo também foi citada pelas crianças como um risco, já que a imagem pode, na visão deles, sofrer edição e ser replicada em sites de pedofilia. Além disso, ter acesso a esses conteúdos de teor sexual foi apontado como algo prejudicial pelas crianças, sob o argumento da pouca maturidade delas. Uma menina citou que imagens assim podem ser usadas para se conseguir mais popularidade, visibilidade dos amigos, ganhar muitas curtidas, e comentários.

Augusta: Tem uma menina que bateu foto de calcinha e sutiã no perfil. De biquíni eu entendo, minha foto de perfil é de biquíni, mas de calcinha e sutiã. Aí a foto dela foi pra 900, 1000 curtidas (Escola Pública).

Depoimentos como esses também são reveladores de como as crianças, no seu envolvimento com as redes sociais, tornam-se sujeitas a novos tipos de pressão – da popularidade, da beleza, da fama, entre outros, necessitando fortalecer-se diante dessas novas exigências, de modo a decidirem com autonomia quais conteúdos publicar, acessar, curtir e/ou compartilhar, sem comprometerem seu bem-estar e sua segurança.

Além da atenção à questão de possíveis contatos com desconhecidos, entendemos que deva ser dada maior atenção à relação desses meninos e meninas com os próprios pares. Afinal, esta relação está pautada, cada dia mais, pelos referenciais da cultura do consumo

e seus marcadores de sucesso – como a espetacularização do eu (SIBILIA, 2008) - que operam na contramão da noção da privacidade como um valor.

Além disso, se considerarmos que eles estão cada dia mais conectados, ao ponto de reconhecerem o risco de ficarem viciados nessa forma de vida conectada, tais questões tornam-se ainda mais relevantes, pois é nessas interações que eles estão construindo seus referenciais de leitura e participação no mundo.

Joana: Eu sou desse jeito. Quando eu chego em casa vou direto pro celular, porque gosto muito de ficar no *YouTube* ficar assistindo filmes (Escola pública).

Rodrigo: Jogar e assistir Cavaleiros do Zodíaco. Sou viciado (Escola particular).

Raiane: Pra mim, usar a Internet é bom, mas tem que ter limite. Tem gente que não come, não dorme, é direto mexendo no celular, só olhando, olhando...(Escola pública)

Identificamos também alguns riscos relacionados ao exercício da privacidade e da publicidade na internet, que as crianças não mencionaram nesta pesquisa. Dentre eles, ressaltamos os seguintes: (i) risco de coleta de informações pessoais pelos próprios sites de redes sociais e/ou aplicativos, que registram os “*passos on-line*” dos usuários; riscos de uso de suas imagens para criar perfis falsos, forjar sequestros, entre outros exemplos.

Em todos esses casos, um elemento comum, por meios legais ou não, ou não, é o uso de conteúdos produzidos pelas crianças para finalidades alheias aos seus propósitos de postagens. Nessa linha, estão riscos menos evidentes, embora cruciais como o uso de algoritmos para mapear e influenciar tendências no campo do consumo e da participação na vida pública dos cidadãos conectados.

Do mesmo modo, podemos destacar *oportunidades* presentes na postagem de conteúdos por elas relacionados às questões da privacidade e da publicidade não referidas pelas crianças. Dentre elas, destacamos a possibilidade de atuar na vida pública como “influenciadores digitais” na promoção de causas coletivas nas quais acreditem, de pausarem discussões de seu interesse para um público mais amplo, defendendo seus pontos de vista etc.

O fato de tais questões não terem sido mencionadas sinaliza que podem ser oportunidades e riscos desconhecidos pelas crianças ou, pelo menos, considerados de menor importância, o que as deixa ainda mais vulneráveis para enfrentarem os riscos e menos capazes de

explorar suas oportunidades. Nas duas situações, portanto, em condições desvantajosas para atuar na sua rede de conexões on-line e off-line.

Caminhos possíveis para uma navegação autônoma e segura

Diante do exposto, consideramos fundamental que a sociedade e o Estado brasileiro definam estratégias para atuar na proteção e na promoção dos direitos de crianças e adolescentes à segurança na internet. Em particular, destacamos, neste artigo, a necessidade de definir, em diálogo com as crianças, estratégias para enfrentarem os desafios postos de participação na vida pública e de resguardo do direito à privacidade no contexto em que se multiplicam os dispositivos comunicacionais e a interconectividade se impõe de forma crescente. Em outras palavras, abordamos aqui o desafio de escolherem, de forma consciente e balizada, quais conteúdos (textos e/ou imagens) publicizar nas redes sociais e quais resguardar como privados, quando assim o desejarem e/ou necessitarem, por convicção ou por questões de segurança sua e dos demais.

No que concerne à definição de estratégias para promover e/ou defender tais direitos, reconhecemos como inequívoca a necessidade de pautar políticas regulatórias na internet, por meio de um amplo debate com a sociedade. Este, contudo, não é o foco desta reflexão, que se detém nas leituras das crianças sobre as oportunidades e os riscos de suas comunicações *online*, vistos sob o enfoque do direito delas à privacidade e à participação na vida pública, portanto, também da publicidade. Assim, com base nos achados da pesquisa apresentada, ele propõe alguns caminhos para aprimorar as práticas de *mediação escolar e parental* - em seus aspectos comuns. Para tanto, assume como princípio basilar de qualquer iniciativa dessa natureza o *diálogo* com as crianças, orientado por uma escuta sensível às suas narrativas.

Nessa perspectiva, destacamos algumas recomendações para pais⁸ e professores sobre o trato dessas questões junto às nossas crianças. Nestes termos, sugerimos que a mediação parental e escolar deva:

- 1) Levar as crianças a sério, valorizando seus saberes e experiências no contato com as redes sociais, inclusive suas percepções acerca do que seja o público, o privado e o íntimo, e sobre os conteúdos usualmente postados e/ou compartilhados na rede, colocando tais percepções em debate;

8 As orientações são extensivas aos que assumem a condição de responsáveis pelas crianças.

- 2) Evitar o pânico moral, orientando as crianças na direção da maximização de oportunidades, minimização de riscos e eliminação de danos no uso dos dispositivos comunicacionais. No que concerne especialmente à publicização de conteúdos na rede, isso implica reconhecer e problematizar que tais dispositivos os expõem a riscos, mas também à oportunidades de fazer amigos, estabelecer contatos e participar na vida pública;
- 3) Prepará-los para o exercício da cidadania *online*, estimulando a problematização dos padrões difundidos em conteúdos de entretenimento e comerciais que desqualificam a imagem, a religião, o gênero, a etnia, a cor ou a orientação sexual de indivíduos e/ou grupos sociais;
- 4) Estabelecer limites ao uso excessivo de dispositivos comunicacionais, problematizando o imperativo da conectividade e do consumismo disseminado nas redes sociais, permeados por marcadores como o sucesso, a fama e a popularidade, que impactam de forma crescente as culturas infantis;
- 5) Articular orientações de caráter técnico⁹ com discussões acerca dos aspectos culturais e éticos da comunicação, fortalecendo a autonomia de meninos e meninas no contato com as redes sociais, em particular, no que concerne ao acesso, à postagem e o compartilhamento de conteúdos que envolvam indivíduos e grupos sociais.

Tratam-se de recomendações a serem apreciadas num amplo debate com pais e educadores, considerando seus contextos socioculturais, suas leituras acerca da privacidade e da publicidade *online* e o que as crianças têm a dizer sobre tudo isso.

Considerações finais

Diante de um contexto de multiplicação crescente dos dispositivos comunicacionais, além das políticas regulatórias que se configuram como um potente instrumento de proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes na internet, é fundamental que a escola e a família, em suas múltiplas configurações, assumam a responsabilidade que lhes cabe de contribuir para a formação não apenas de indivíduos autocentrados, mas de cidadãos, comprometidos com uma cultura de paz, plural e inclusiva.

Em paralelo às orientações sobre o cuidado com o estranho na rede, pais e educadores precisam estar mais atentos ao modo como as crianças interagem com seus pares e como tais relações contribuem para fortalecer uma relação saudável consigo e com outros com

9 Como a criação de senhas mais complexas e seguras, atualização do navegador de internet, uso de códigos de verificação, conhecimento das políticas de privacidade dos sites etc. Fonte: <http://cartilha.cert.br/seguranca/>

os quais se relaciona. Como evidenciado nesta pesquisa, a postagem de comentários e/ou imagens na rede podem revelar muito mais do que “brincadeiras”. Eles são também evidências de relações que se pautam em posturas de empatia, indiferença ou desprezo em relação a outros indivíduos e grupos e devem ser devidamente consideradas. Se a perspectiva do pânico moral afasta a criança das oportunidades oferecidas pela internet, a suposição ingênua da habilidade inata das crianças e jovens para lidar com os dispositivos comunicacionais as deixa à mercê dos discursos de ódio que proliferam na rede, assim como de discursos mercadológicos que disseminam o consumismo.

É fundamental, portanto, que pais e educadores dialoguem com as crianças sobre suas relações na internet. É nossa responsabilidade proceder a *mediação* do acesso, da publicação e do compartilhamento de conteúdos *online* pelas crianças, respeitando sua privacidade. Nestes termos, a orientação sobre a qual se fala aqui é aquela que se pauta pelo equilíbrio entre formação técnica e ética, comprometida com a cidadania e o consumo sustentável; uma formação voltada não somente à proteção, mas à promoção da autonomia da criança, fortalecendo a sua capacidade de fazer escolhas eticamente orientadas, ao lidar com as oportunidades e os riscos implicados na comunicação em rede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CETIC. **TIC Kids On-line** Brasil 2014: pesquisa sobre o uso da Internet por crianças, 2015.
- HASEBRINK, U., LIVINGSTONE, S., HADDON, L. and ÓLAFSSON, K.(2009). **Comparing children’s online opportunities and risks across Europe: cross-national comparisons for EU Kids Online**. London: LSE.
- LIVINGSTONE, Sonia; HADDON, Leslie; GÖRZIG, Anke and OLAFSSON, Kjartan (2011). **Risks and safety on the internet. The perspective of European children Full findings and policy implications from the EU Kids Online survey of 9-16 year olds and their parents in 25 countries**. London, LSE.
- MASCHERONI, G. and CUMAN, A. (2014). **Net Children Go Mobile: Final Report**. Deliverables D6.4 & D5.2. Milano: Educatt.
- SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SOZIO, M. E. et al. Children and Internet use: A comparative analysis of Brazil and seven European countries. **London: London School of Economics, EU Kids Online**, 2015.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. 191p.